

## **Interpretações do Brasil, marxismo e coleções brasileiras: quando a ausência diz muito (1931-1959)**

FÁBIO FRANZINI\*

*... os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem.*

Robert Darnton

Na história da historiografia brasileira, tanto o marxismo quanto as chamadas “coleções brasileiras” ocupam lugar de destaque, graças às obras que produziram, no caso do primeiro, e publicaram, no caso das segundas. No entanto, ambos formam um curioso binômio quando tomados em conjunto: embora sejam frutos da mesma época e estivessem, de certa forma, imbuídos de propósitos semelhantes, suas ações correm em paralelo, sem jamais se tocarem. Mais precisamente, as análises e interpretações da história e da realidade brasileiras formuladas sob o referencial da teoria marxista nunca encontraram lugar nos prestigiosos conjuntos de volumes publicados pelos grandes selos do país entre as décadas de 1930 e 1950 – a Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, e a Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio Editora.

Uma análise apressada poderia atribuir tal desencontro a questões político-ideológicas insolúveis, desenvolvidas ao sabor das várias tensões que marcaram o período e que, dito de modo simplista, oporiam o “comunismo” ao “liberalismo”. Sem menosprezar este pano de fundo, há que se lembrar, contudo, outros fatores candentes e em direta associação à época: o interesse crescente pela compreensão da realidade e da formação brasileiras, a expansão do mercado do livro e as demandas e vicissitudes a ela associadas, tudo isso dentro de um sistema intelectual um tanto limitado. Um cenário bem mais multifacetado e complexo, portanto, cujo exame pode lançar luz significativa sobre os caminhos da historiografia nacional na primeira metade do século XX e as formas de circulação do saber por ela produzido.<sup>1</sup>

---

\* Professor do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo – EFLCH-Unifesp. Doutor em História Social pela FFLCH-USP.

<sup>1</sup> Este texto retoma e amplia algumas reflexões já apresentadas em FRANZINI, 2010.

Ainda que seja difícil definir com precisão o momento específico em que esse cenário toma forma, é certo que na passagem dos anos 1920 para 1930 ele já está bem delineado em seus contornos básicos. De um lado, o discurso da *brasilidade* dava o tom entre os intelectuais pátrios, de modo geral comprometidos com a “descoberta” e a valorização dos traços fundamentais da identidade nacional; de outro, a dinâmica da produção editorial mostrava-se cada vez mais intensa, em larga medida graças à ação de Monteiro Lobato e seu parceiro Octalles Marcondes Ferreira, que, acreditando que somente o livro propiciaria a difusão da educação e da cultura tão necessárias às profundas transformações sociais exigidas pelo país, enfrentaram condições as mais adversas e não pouparam investimentos nesse mercado. Assim, mesmo que o circuito de autores, editores, críticos e leitores ainda fosse pequeno, era evidente que, mais uma vez, era tempo de pensar o Brasil e, mais importante, agora dispunha-se de condições materiais amplamente favoráveis e em pleno desenvolvimento, ao contrário dos momentos anteriores em que o tema se colocara.

Com a revolução de 1930, ambos os movimentos se potencializam, à medida que o presente em ebulição e as incertezas do futuro exigiam o aprofundamento e a sistematização das reflexões que se desenvolviam havia algum tempo. Como escreveria um dos grandes intelectuais da época, Afonso Arinos de Melo Franco, assistia-se então ao “contato cada vez mais estreito da inteligência com a realidade”, algo que propiciava a “recuperação do Brasil pelo seu próprio pensamento” (FRANCO, 1938:121-122). Junto aos autores, também os editores ganharam papel fundamental nesse processo: primeiro, por multiplicarem-se por todos os pontos do país (ainda que as principais empresas se concentrassem no Rio de Janeiro, por razões óbvias) a exercer a imprescindível tarefa de converter manuscritos em impressos; depois, por acreditarem, tal como Monteiro Lobato, que “um país se faz com homens e livros”, empenhando-se em por a nação em sintonia consigo mesmo e com o mundo por meio da publicação de nossos novos autores, em diferentes gêneros, e de traduções de títulos clássicos e contemporâneos; finalmente, por criarem produtos diferenciados, como as coleções, que, ao reunirem obras dotadas de certa especificidade temática, acabaram por se converter em “um dos espaços privilegiados para a veiculação do pensamento da época”, segundo Heloisa Pontes (2001:449).

Logo, não é por acaso que a primeira grande difusão do marxismo no Brasil e o surgimento das “brasilianas” ocorrem praticamente ao mesmo tempo. De acordo com Edgard Carone (2004:63), após 1930 acontece “a multiplicação espantosa de livros marxistas e de editoras voltadas exclusivamente a esta linha de pensamento, ou de outras que publicam esse gênero, por ser de venda garantida”. Editoras como Pax, Cultura Brasileira, Calvino, Unitas, Caramuru, Nosso Livro, Alba, Editorial Trabalho e tantas outras, em geral pequenas e efêmeras, dedicaram-se aos clássicos do marxismo (em geral traduzidos do francês), à literatura “de esquerda” (Gorki, Tolstoi, John Reed etc.) e, em menor proporção, a trabalhos originais de autores brasileiros, como Raul Maia e Almachio Diniz; além disso, Carone observa que, junto aos tratados teóricos e aos romances, “pela primeira vez são publicadas obras de viagens à Rússia, de autoria de estrangeiros e de brasileiros. A sede de conhecimento é tal que o livro *Rússia*, de Maurício de Medeiros, atinge em poucos meses seis edições consecutivas. Verdadeiro sucesso em um país onde as edições oscilam entre 2 mil e 3 mil exemplares e duram anos para se esgotarem” (*idem*:64).

Enquanto isso, a Companhia Editora Nacional lança, em 1931, a série que, pelo seu sucesso, se tornaria sinônimo de uma “biblioteca metafórica do país” (SORÁ, s/d:11): a Coleção Brasiliana. Dirigida pelo respeitado educador Fernando de Azevedo, ela tinha por objetivo reunir “ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, estudos de figuras e de problemas nacionais (geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, militares etc.), reedições de obras raras de notório interesse e traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros”, configurando-se, dessa forma, como “a mais vasta e a mais completa coleção e sistematização que se tentou até hoje de estudos brasileiros” (ANUÁRIO, 1938:303). Na prática, tal perspectiva levou à publicação de autores nacionais e estrangeiros, alguns bem conhecidos, outros novos e trabalhos tanto originais quanto reeditados; uma miscelânea, é verdade, mas da qual se sobressaía um traço marcante: o apelo à história. Desde o livro inaugural, *Figuras do Império e outros ensaios*, de Batista Pereira, a sucessão dos volumes revelava que “descobrir o Brasil aos brasileiros” equivalia a promover o encontro do presente com o passado, fosse sob a forma de biografias e ensaios político-sociais, fosse sob a forma de relatos históricos e obras de caráter historiográfico.

Cinco anos depois, sob clara inspiração da Brasileira, o editor José Olympio também dá início à sua própria série dedicada ao “descobrimento do Brasil”, a Coleção Documentos Brasileiros. Tendo à frente o pernambucano Gilberto Freyre, àquela altura já consagrado por *Casa-grande & senzala* (1933), o espírito do projeto foi apresentado com precisão no prefácio, assinado pelo próprio Freyre, ao seu primeiro volume, *Raízes do Brasil*, do jovem crítico e professor Sérgio Buarque de Holanda:

*A série que hoje se inicia com o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, vem trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio.*

*O característico mais saliente dos trabalhos a ser [sic] publicados nesta coleção será a objetividade. Animando-a, o jovem editor José Olympio mais uma vez se revela bem de sua geração e do seu tempo. Ao interesse pela divulgação do novo romance brasileiro ele junta agora o interesse pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação ou da nossa atualidade. Não podia ser mais oportuna nem mais feliz a sua iniciativa (FREYRE in HOLANDA, 1936:V).*

Como se depreende do texto de Freyre, a essência da nova coleção revelava-se em seu comprometimento com aquilo que trazia já no próprio nome e que era várias vezes repetido no texto de apresentação: o documento. Desencavado do passado ou produzido no presente, em “estado quase bruto” ou analisado de forma criteriosa, ele estaria na base dos trabalhos a serem publicados, como era dito praticamente a cada parágrafo. O propósito era, parece claro, a afirmação de um conhecimento verdadeiro sobre o Brasil, do conhecimento do Brasil real, fundamentado não em reconstruções ou especulações superficiais e estéreis, e sim em interpretações comprováveis a seu respeito. Numa palavra, tratava-se de afirmar o conhecimento científico sobre o Brasil, elaborado por especialistas que davam “vida” aos documentos para juntá-los “à história social do brasileiro” (*idem*:VII).

Não é difícil perceber, assim, que o marxismo também poderia ser considerado parte daquela “ânsia de introspecção social” que, segundo Freyre, caracterizava então a “nova

inteligência brasileira”. A repercussão do livro de estreia de Caio Prado Junior, *Evolução Política do Brasil. Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*, bem o demonstra: ainda em 1933, pouco depois da sua publicação pela Empresa Gráfica da *Revista dos Tribunais*, de São Paulo, um breve comentário de Adhemar Vidal nas páginas do *Boletim de Ariel* – um dos principais periódicos da crítica literária da época – o qualificava como uma obra “apressada” e a exigir revisão, “tantas as falhas injustificáveis”, mas que representava, “assim mesmo como está, um nobre esforço mental: bem escrito e, sobretudo, muito interessante” (VIDAL, 1933:211). Menos de um ano depois, na mesma revista, uma resenha de página e meia assinada por Raul Karacik principiava por notar “a sede de leitura” que vinha “empolgando o Brasil” após a “Revolução de Outubro de 1930”, apresentando a sua visão particular do significado desse verdadeiro despertar:

*Nunca se leu tanto entre nós. Aí estão as casas editoras a se multiplicarem e a lançarem incessantemente em tradução as principais obras dos mais notáveis escritores destes últimos anos. Stefan Zweig, Emil Ludwig, Maurois, Freud, Havelock Ellis, Gladkov, Ilya Ehrenburg etc. vão se tornando familiares do público que lê.*

*Os temas políticos e sociais, entretanto, são os que têm caído mais no nosso agrado, principalmente as obras de Marx e Engels e seus maiores discípulos, e as que versam sobre a Revolução Russa e suas consequências. As edições em português das obras de Marx, Engels, Plekhánov, Lênin, Trotski, Bukhárin, Max Beer... têm se sucedido (KARACIK, 1934:158).*

Para Karacik, o interesse pela literatura marxista devia-se, “evidentemente”, à própria revolução de 30, a qual, “se não foi uma revolução profunda, que modificasse as relações sociais, arrastou uma grande massa, interessando a toda população, trazendo à superfície uma vasta messe de problemas que passavam antes despercebidos da maioria”. Como estes problemas “não podiam deixar de suscitar nos meios intelectuais a atenção para eles”, os “intelectuais honestos, despidos de preconceitos” acabavam por direcionar suas preferências para “sociólogos, economistas e historiadores materialistas, sobretudo da ala esquerda” [*sic*], donde o aparecimento de escritores por eles influenciados e de edições “de obras abordando o ‘caso’ brasileiro”. Todas essas considerações, dizia o articulista, “vieram a pelo ao concluirmos a leitura do livro do sr.

Caio Prado Junior, da aristocrática família paulista – A [sic] *Evolução Política do Brasil*”, a quem dedicava só elogios:

*Apesar de muito jovem, deu-nos o autor uma obra de fôlego. Não tememos afirmar que, no Brasil, à exceção do Mauá, de Castro Rebelo, nada se escreveu ainda que se lhe assemelhe. A segurança dos conceitos e a interpretação dos fatos históricos denotam ser o autor um perfeito possuidor do método dialético-materialista, que maneja com desenvoltura. Incontestavelmente, o sr. Caio Prado Junior é um dos raros escritores nacionais que assimilou perfeitamente a obra do maior gênio do século XIX, no dizer de Plekhánov – Karl Marx.*

*O autor interpreta com rara felicidade, sob o prisma do materialismo histórico, toda a evolução política do Brasil desde os tempos coloniais até o segundo Império. Seguindo a nossa evolução política pari-passu da nossa evolução econômica, estudando em grandes traços o entrosamento da íntima estrutura desta evolução para chegar à compreensão da supra-estrutura, o autor atinge plenamente o fim colimado. Para quem conhece as dificuldades que oferece uma interpretação realista dos fatos históricos, quanto mais sendo ele o primeiro a fazê-lo, avulta em proporções o trabalho do sr. Caio Prado (idem:158).*

Após por em relevo os aspectos estruturantes do livro – a lógica da colonização, os conflitos de interesses entre colônia e metrópole, a transferência da Corte e a independência, as turbulências da Regência, o escravismo e o abolicionismo –, Karacik concluía seu texto aconselhando “a leitura desta magnífica obra, que, como já dissemos, com o *Mauá* de Castro Rebelo, constitui um dos raros ensaios sérios de interpretação materialista da história tentados no Brasil” (idem:159). Arguta percepção, pois, de acordo com Edgard Carone (2004:170-171), enquanto *Mauá*, aparecido em 1932, pode ser considerado “o primeiro livro marxista brasileiro”, *Evolução Política do Brasil* era “o ponto alto” de uma tendência muito recente entre nós, dentro da qual ambos se apresentavam ainda como os únicos trabalhos sobre assuntos históricos, dado que “a maior parte da literatura marxista [aqui] publicada trata[va] de temas atuais”. O próprio Caio Prado Junior, aliás, já se mostrara plenamente ciente do caráter inovador de sua posição teórico-metodológica ao abrir sua obra com uma explicação dos propósitos que a norteavam, cujos dois primeiros parágrafos serviam como importante advertência:

*Isto que o leitor vai ler não é uma História do Brasil. Como o indica o próprio título, é um simples ensaio. Procurei tão somente dar a síntese da evolução política do Brasil e não traçar a sua história completa.*

*Daí os defeitos que serão encontrados e que sou o primeiro a reconhecer. Como pensei apenas dar a resultante média dos inúmeros fatos que compõem a nossa história, a linha mestre em torno de que se agrupam estes fatos, fui obrigado a uma seleção rigorosa que excluiu tudo quanto não fosse absolutamente necessário para a compreensão geral do assunto. Isto me levaria por vezes, estou seguro, a desprezar circunstâncias cuja falta talvez se faça sentir para a perfeita clareza da exposição. Mas, tratando-se de um método relativamente novo – refiro-me à interpretação materialista – de analisar a história brasileira, não me era dado conhecer as exigências dos leitores (PRADO JUNIOR, 1933:7).*

Nada disso, contudo, tornaria nem a *Brasiliana*, nem a *Documentos Brasileiros*, sensíveis a autores comprometidos com a interpretação materialista da história e da realidade, como já foi dito. Se, no caso da primeira, ainda seria possível apontar o conservadorismo do editor Octalles Marcondes Ferreira como um impeditivo (cf. PONTES, 2001:438), o mesmo não pode se aplicar a José Olympio. De postura liberal, ele era um dos principais fomentadores do novo e crítico romance social que surgia à época no país, e mais adiante ainda daria guarida profissional a autores assumidamente de esquerda perseguidos pela ditadura do Estado Novo, como Graciliano Ramos e Jorge Amado. Ademais, a crescente tensão política entre 1935 e 1937 e, depois, a institucionalização da censura fizeram-no sofrer bastante com a violência contra a livre manifestação da cultura e do pensamento, que retaliava tanto os romances tidos por “comunistas” que publicava quanto as suas edições de livros integralistas, os quais defendiam “o tipo errado de fascismo”, na expressão de Laurence Hallewell (2004:456).<sup>2</sup> Ainda assim, não cederia às pressões e manteria firme a linha da “Casa”, chegando até a lançar o ensaio autobiográfico de Trotski, *Minha Vida*, em 1943.

---

<sup>2</sup> Obviamente, não apenas José Olympio, mas todo o circuito editorial brasileiro passou por um péssimo momento à época: por todo o país, inúmeros títulos foram confiscados pelas forças da ordem e outros tantos queimados em “cerimônias” públicas, editoras foram à falência (em especial as pequenas e aquelas dedicadas à literatura de esquerda, das quais o exemplo mais conhecido talvez seja o da *Cultura Brasileira*, de Galeão Coutinho), muitos autores e intelectuais foram publicamente atacados (Gilberto Freyre, por exemplo, foi alvo de uma terrível campanha de difamação movida por parte da imprensa do Recife e, já no início dos anos 1940, teria até sua casa atacada) e não poucos presos, como os próprios Graciliano Ramos e Jorge Amado, entre vários outros nomes. Cf., entre outros, Laurence Hallewell (2004:455-458) e Edgard Carone (2004:66-68).

As orientações teóricas dos diretores de cada coleção também devem ser consideradas no exame dessa ausência. Fernando de Azevedo, que dirigiu a *Brasiliana* até 1956, não somente não desconhecia Marx como até o cita positivamente em alguns textos, mas sempre esteve longe de ser um marxista (cf. TOTTI, 2008); seu sucessor a partir de 1957, o historiador Américo Jacobina Lacombe, ainda mais – na década de 1960, por exemplo, ele seria crítico ferrenho da coleção *História Nova do Brasil*, escrita por um grupo de historiadores do Iseb, com Nelson Werneck Sodré à frente, justamente por conta de sua ideologia materialista (cf. LOURENÇO, 2008:395-396). Assim, o máximo a que a série da Nacional chega é à publicação de alguns poucos títulos de tom histórico-sociológico mais crítico,<sup>3</sup> os quais se diluem em meio ao predomínio de obras ainda inspiradas pelo pensamento oitocentista. É importante notar, contudo, que após o Estado Novo e o fortalecimento do grupo católico junto ao Ministério da Educação e Saúde, o prestígio de Fernando de Azevedo foi duramente abalado, algo que teve reflexos diretos sobre as coleções que dirigia na Nacional, como a *Atualidades Pedagógicas* e a *Brasiliana*; esta, como mostra Maria Rita de Almeida Toledo (2001:206), “transforma-se em uma espécie de moeda de troca da Companhia Editora Nacional. Muitos títulos são publicados para evitar represálias contra a editora, passando por cima das propostas editoriais das quais a coleção nasceu”. Quanto à *Documentos Brasileiros*, a reticência de Gilberto Freyre ao materialismo histórico-dialético se explicitara já às páginas iniciais da primeira edição de *Casa-grande & senzala*, nas quais, logo após anunciar que o ensaio assentava-se sobre o “critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura”, ele dizia:

*Por menos inclinados que sejamos ao materialismo histórico, tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em trabalhos de sectários e fanáticos –, temos de admitir influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica da produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização da sua fisionomia moral. É uma influência sujeita à reação de outras, porém poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades; de*

---

<sup>3</sup> Apenas como exemplo, vale citar *À margem da história do Brasil*, de Vicente Licínio Cardoso (1933), *A escravidão africana no Brasil*, de Evaristo de Moraes (1933), *O Brasil*, de Manoel Bomfim (1935), *A ordem privada e a organização política nacional*, de Nestor Duarte (1939).



*desenvolver tendências para a poligamia ou a monogamia; para a estratificação ou a mobilidade* (FREYRE, 1936:XI).

Como a sequência do texto demonstrava, esse reconhecimento um tanto envergonhado não significava uma capitulação. Servia, ao contrário, para consolidar a interpretação sociocultural que propunha, vinculada a Franz Boas, citado para lembrar que, “admitida a possibilidade da eugenia eliminar os elementos indesejáveis de uma sociedade, a seleção eugênica deixaria de suprimir as condições sociais responsáveis pelos proletariados miseráveis – gente doente e mal nutrida; e, persistindo tais condições sociais, de novo se formariam os mesmos proletariados” (*idem*:XI). Mesmo que na página seguinte expressasse, em nota de rodapé, a sua concordância com “vários pontos” do trabalho de Caio Prado,<sup>4</sup> o referencial com que trabalhava era outro, bem distante de Marx e Engels. Uma distância cultivada com zelo e, não raro, ironia em seus trabalhos seguintes, a começar de *Sobrados e Mucambos*, em cujo prefácio afirmava ser “ridículo” se declarar satisfeito “com interpretações marxistas ou explicações behavioristas ou paretistas; com puras descrições semelhantes às da história natural de comunidades botânicas ou animais” acerca do passado humano, para o qual deveria “deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério” (FREYRE, 1985:LI).

Ao deixar a direção da coleção, em 1937, Freyre é substituído por Octavio Tarquínio de Sousa, historiador dedicado ao Império e, em especial, à biografia de suas figuras-chave. Se tal predileção necessariamente implicava algumas diferenças ante a interpretação materialista da história, estas, no entanto, não o colocavam em franca oposição ao marxismo, até porque seu propósito era o de entender o homem em si mesmo e em relação com seu meio e seu momento. Deste modo, como constatou Márcia de Almeida Gonçalves (2009:300) ao analisar a introdução à *História dos Fundadores do Império do Brasil*, em que o próprio Marx é discutido por Tarquínio,

---

<sup>4</sup> A nota, um tanto pitoresca, na verdade buscava ilustrar as relações sociais no Brasil colonial, com a referência a Caio Prado nela despontando colateralmente: “Refutando a teoria de Oliveira Vianna – a inexistência da luta de classes na formação social do Brasil –, lembra Astrogildo Pereira as guerras, os conflitos dos ‘senhores’ com os indígenas e com os negros fugidos (quilombolas) e da própria burguesia nascente com a aristocracia rural já estratificada. Também os conflitos dos representantes da Coroa, quando fortalecidos pela descoberta das minas, com os caudilhos rurais. Estes, embora atravessando crises e sofrendo depressões de poderio, foram a força preponderante (Astrogildo Pereira, ‘Sociologia ou apologética’, *A Classe Operária*, Rio, 1º de maio de 1929). Já depois de escrito este ensaio, apareceu o trabalho de Caio Prado Junior, *Evolução Política do Brasil (Ensaio de interpretação materialista da história brasileira)*, S. Paulo, 1933, com o qual me encontro de acordo em vários pontos” (FREYRE, 1936:XII, nota 2).

para ele “a luta de classes não implicava a negação da interferência de grandes personalidades, dotadas de qualidades morais e intelectuais, no desenvolvimento das sociedades”. Mesmo assim, a tolerância ao marxismo muito maior, ao menos aparentemente, que a de Gilberto Freyre não foi suficiente para abrir a coleção à esquerda, ainda que, aos olhos de hoje, se pudesse contra argumentar com o exemplo da presença nada desprezível de Nelson Werneck Sodré em meio ao seu variegado conjunto: com quatro títulos nela publicados entre 1940 e 1958, Sodré era um autor superado em número apenas pelos próprios Gilberto Freyre, com treze, e Octavio Tarquínio, com cinco.

Nesse cenário, entretanto, Sodré – que já havia publicado um livro também na Brasiliana, *Panorama do segundo Império* (1939) – significa uma perigosa armadilha e um exemplo emblemático. Uma perigosa armadilha porque, em primeiro lugar, sua inserção na Documentos Brasileiros devia-se, ao menos na origem, a José Olympio, que lhe assegurara pessoalmente a publicação da *História da literatura brasileira*, seu primeiro título na editora, em 1940; depois, porque ele, diferentemente de Caio Prado Junior, não “nasce” um historiador marxista: para ficarmos apenas nos livros que lançou pela coleção, a citada *História da literatura brasileira, Oeste* (1941) e *Formação da sociedade brasileira* (1944), o que se percebe é um intelectual eclético, ainda não totalmente alinhado ao marxismo. Segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2002:89-93, *passim*), nesta “primeira fase” de sua carreira como escritor dedicado ao estudo da formação e da realidade nacionais, compreendida entre os anos trinta e quarenta, Sodré combinava fundamentos da análise materialista a referências e influências de vária ordem, como Azevedo Amaral, Vilfredo Pareto, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo, entre muitos outros. Mais importante, ele o fazia de modo consciente, pragmático, como se pode perceber logo no primeiro parágrafo da introdução à *Formação da sociedade brasileira*:

*Escrevendo esta Formação da Sociedade Brasileira não tive outra intenção que a de oferecer ao leitor comum, dentro das possibilidades de um levantamento tão sumário, uma visão de conjunto de como viveu o nosso povo até os dias que precederam a crise de 1929. Para tal me valeram os mestres, os que fizeram, antes de mim e melhor do que eu, a descrição do processo do desenvolvimento brasileiro. Vali-me desses mestres com frequência, e não há, pois, coisas originais nestas páginas. Original será, se*

*quiserem, a maneira como reuni, de cada um, aquilo que me pareceu a respeito desta ou daquela passagem o mais apropriado* (SODRÉ, 1944:5).<sup>5</sup>

Embora dissesse, na sequência, considerar que, “entre os fatores que presidem a evolução das sociedades, o econômico te[nha] uma importância superior”, acreditando ser isso “ciência adquirida”, notava também ter reservado lugar “no balanço das forças” aos “demais fatores culturais”, bem como a uma “preponderância acentuada, uma insistência repetida, na interpretação da dinâmica social”. Com escopo tão amplo, os “mestres” a que recorreu reconstituíam toda a espinha dorsal da historiografia brasileira até então, de Southey a Caio Prado, passando por Varnhagen, Capistrano, Euclides da Cunha, João Ribeiro, Oliveira Vianna, Taunay, Alcântara Machado, Gilberto Freyre... (*idem*:66-133).

Ao mesmo tempo, o caso de Sodré é emblemático porque a interpretação da história e da sociedade brasileiras por ele realizada, embora indubitavelmente crítica, era até esse momento pautada por uma série de mediações, que diluíam a sua radicalidade e a tornavam “palatável” para a Coleção Documentos Brasileiros, como antes a haviam tornado para a *Brasiliana*. É significativo, nesse sentido, que a introdução da mesma *Formação da sociedade brasileira* registre o agradecimento do autor “aos meus amigos Octavio Tarquínio de Sousa, Sérgio Buarque de Holanda e Hermes Lima, que leram os originais deste trabalho e tiveram a gentileza de fornecer observações e reparos que me foram utilíssimos” (*idem*:7-8). Mais significativo ainda, a *Introdução à revolução brasileira*, de 1958, cujo título não deixava dúvida acerca de seu caráter, seria o último livro que publicaria na Documentos Brasileiros e na José Olympio: daí por diante, os próximos sairiam todos sob o sinete da Civilização Brasileira de Ênio Silveira, assumidamente progressista e uma das principais editoras (senão a principal) voltadas à divulgação da literatura de esquerda nas décadas de 1960 e 1970, em especial nas áreas da sociologia, política e economia.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Ainda de acordo com Paulo Ribeiro da Cunha (2002:193), “nenhum outro livro de sua primeira fase teórica poderia ser fonte de tanta perplexidade quanto este”, algo “confirmado pelo próprio autor, que não permitiu a reedição do livro e o colocou, conjuntamente com os demais títulos até 45, em um índice pessoal, utilizando um argumento considerado definitivo para esse posicionamento, quando afirmou ser ‘uma obra anterior ao meu conhecimento de marxismo e, portanto, indigna de reedição’”.

<sup>6</sup> Não parece ser exagero dizer que, a partir da década de 1960, a Civilização Brasileira passou a desempenhar papel análogo ao da José Olympio nos três decênios anteriores, conquistando assim boa parte do espaço até então ocupado pela “JO” (cf. HALLEWELL, 2004:capítulo 18; FERREIRA,

Pode-se afirmar, desta forma, que a incompatibilidade entre o marxismo e as brasileiras expressa de forma concreta a célebre fórmula de Antonio Candido (2000:101), para quem, “se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos”. Ou seja, num momento em que imperava “descobrir o Brasil”, como já foi dito, e compreender a nossa formação (outra palavra-chave da época, como se sabe), uma teoria interpretativa que não apenas vinha de fora, mas, sobretudo, pretendia-se universal, parecia não corresponder às expectativas de nosso sistema intelectual, nem a ele se adequar, senão como excrescência. Inserida nesse contexto de relações de força, a historiografia também mostrava seus limites.

#### Referências bibliográficas

ANUÁRIO Brasileiro de Literatura. A Coleção “Brasiliana” comemorando o seu 100º volume! Rio de Janeiro, Pongetti, 1938.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.

CARONE, Edgard. *Leituras marxistas e outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda*. A utopia tenentista na construção do pensamento de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2002.

FERREIRA, Jerusa Pires (org.). *Editando o editor: Ênio Silveira*. São Paulo: Edusp, 1992.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras*. A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

FREYRE, Gilberto. Documentos Brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1936.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço*. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

---

1992).

KARACIK, Raul. A evolução política do Brasil. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 158, mar. 1934.

LOURENÇO, Elaine. *História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 56, 2008.

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. Ensaio de interpretação materialista da história brasileira. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1933.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

SORÁ, Gustavo. La casa y la empresa: José Olympio y la edición brasileña em dos tempos. *mimeo*, s/d.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: PUC-SP, 2001.

TOTTI, Marcelo Augusto. Recontextualização e retórica na argumentação de Fernando de Azevedo ou um possível diálogo com o marxismo? *Linguagens, Educação e Sociedade*. Teresina, ano 13, n. 18, 2008.

VIDAL, Adhemar. Diante da “realidade brasileira”. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, p. 211, maio 1933.